



XI CONGRESSO ESTADUAL ORDINÁRIO DO SINTRAJUSC

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

1 – NOVA REDAÇÃO SOBRE DESCONTO DE MENSALIDADE

JUSTIFICATIVA: SIMPLIFICAR REDAÇÃO

COMO ESTÁ:

Seção III - Dos Deveres

Art. 9º - São deveres dos filiados:

I - autorizar o desconto em seu contracheque e ou conta corrente, para crédito automático do SINTRAJUSC, no ato de sua sindicalização dos valores correspondentes a:

a) mensalidade social no percentual de 1% (um ponto zero por cento) do total de sua remuneração, habitual e eventual, excetuando-se os valores percebidos a título de terço constitucional de férias, abono pecuniário, e todas as demais verbas legalmente não tributáveis, excluída da base de incidência a alíquota destinada à contribuição previdenciária a partir da mensalidade do mês de janeiro de 2008, inclusive, e excluída da base de incidência o imposto sobre a renda de pessoa física (IRPF) a partir da mensalidade de julho de 2008, inclusive, bem como, a partir de janeiro de 2011, de 0,63% (zero, sessenta e três por cento) sobre a antecipação da gratificação natalina (primeira parcela).

b) contribuições definidas em assembléia geral da categoria, respeitados os critérios estatutários;

c) pagamento, mensalmente, de dívidas contraídas com o Sindicato ou por seu intermédio.

PROPOSTA:

Mudar redação do Art. 9º, especificamente no Inciso I e alínea a, desdobrando-a em a e b, renumerar alíneas b e c e inserir a alínea d:

Seção III - Dos Deveres

Art. 9º - São deveres dos filiados:

I - autorizar o desconto em seu contracheque para crédito automático do SINTRAJUSC, no ato de sua sindicalização, dos valores correspondentes a:

a) mensalidade social no percentual de 1% (um ponto zero por cento) do total da remuneração, habitual e eventual, excetuando-se a alíquota destinada à contribuição previdenciária, o imposto



sobre a renda de pessoa física (IRPF), os valores percebidos a título de terço constitucional de férias, o abono pecuniário e todas as demais verbas legalmente não tributáveis;

b) 0,63% (zero, sessenta e três por cento) sobre a antecipação da gratificação natalina (primeira parcela);

c) contribuições definidas em assembleia geral da categoria, respeitados os critérios estatutários;

d) pagamento, mensalmente, de dívidas contraídas com o Sindicato ou por seu intermédio.

2 – DEFINIÇÃO SOBRE REPRESENTANTES DE BASE

JUSTIFICATIVA: REGULAMENTAR A ELEIÇÃO DOS DELEGADOS DE BASE E O SEU FUNCIONAMENTO

PROPOSTA:

A Sessão II, do Capítulo III, do Estatuto do SINTRAJUSC, trata do Conselho de Representantes, nos arts. 19 a 22,

Seção II - Do Conselho de Representantes

Art. 19- O Conselho de Representantes, de caráter consultivo, é formado pela Diretoria Executiva e pelos Diretores de Base, e reunir-se-á ordinariamente a **cada três meses** ou extraordinariamente, mediante requerimento de 20% (vinte por cento) dos Diretores de Base e nos casos previstos no art. 38 deste Estatuto¹.

PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO ESTATUTÁRIA:

Art. 19 – O Conselho de Representantes, de caráter consultivo, é formado pela Diretoria Executiva e pelos Diretores de Base, e reunir-se-á ordinariamente uma vez ao ano ou extraordinariamente, mediante requerimento de 20% (vinte por cento) dos Diretores de Base e nos casos previstos no art. 38 deste Estatuto.

Art. 20 - Os Diretores de Base serão eleitos pelos trabalhadores filiados nos seus respectivos locais de trabalho.

PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO ESTATUTÁRIA:

Art. 20 - Os Diretores de Base serão eleitos pelos trabalhadores filiados nos seus respectivos locais de trabalho e terão mandato de três anos, podendo ser reconduzidos.

MANTÉM O PARÁGRAFO ÚNICO:

Parágrafo Único- Os diretores de base representantes dos aposentados serão eleitos em reunião ou assembleia destes servidores, amplamente convocada para este fim, respeitada, quanto ao número, a mesma proporcionalidade estabelecida para demais servidores.

Art. 20A - A eleição dos Diretores de Base será conduzida pela Diretoria Executiva, inclusive por meios eletrônicos, com a proclamação e a posse dos eleitos em até 90 (noventa) dias do início da gestão.



Art. 20B – Havendo locais onde a eleição não for possível no prazo assinalado no art. 20A, a eleição será feita nestes locais, com a posse imediata dos eleitos.

Art. 21 - As atribuições dos Diretores de Base, bem como a competência e as normas para funcionamento do Conselho de Representantes, serão estabelecidas em regimento próprio, aprovado em Assembleia Geral, após processo de discussão, com ampla participação da categoria, nos termos deste estatuto.

Art. 21 – São atribuições dos Diretores de Base:

I – manter estreito e permanente contato com a Diretoria Executiva, inteirando-se das atividades e deliberações do Sindicato;

II – promover reuniões nos respectivos locais de trabalho, visando a mobilizar a categoria pela base, assim como prover seus representados de informações de interesse da categoria ou do sindicalizado;

III – levar ao conhecimento da Diretoria Executiva as reivindicações locais, democraticamente definidas.

Art. 21A - As normas para o funcionamento do Conselho de Representantes, bem como a competência, serão estabelecidas em regimento próprio, aprovado em Assembleia Geral, após processo de discussão, com ampla participação da categoria, nos termos deste estatuto.

PROPOSTA DE EXCLUSÃO DO ART. 22:

Art. 22 - A Diretoria Executiva deverá garantir a estrutura necessária aos Diretores de Base para realizarem suas funções.